

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo		Ordinária		138,33659
Assembléia Geral Extraordinária	09/08/2019	Dividendo	30/09/2019	Ordinária		149,72095

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	9.854.680	9.484.167
1.01	Ativo Circulante	2.114.543	2.169.787
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	132.603	245.073
1.01.03	Contas a Receber	1.312.872	1.254.981
1.01.03.01	Clientes	1.312.872	1.254.981
1.01.04	Estoques	24.872	21.084
1.01.06	Tributos a Recuperar	88.204	99.234
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	88.204	99.234
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	17.647	32.371
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	70.557	66.863
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.130	71.250
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	539.862	478.165
1.01.08.03	Outros	539.862	478.165
1.01.08.03.01	Ativo financeiro Setorial	395.711	315.091
1.01.08.03.02	Outros Créditos	125.782	153.263
1.01.08.03.03	Derivativos	18.369	9.811
1.02	Ativo Não Circulante	7.740.137	7.314.380
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.651.823	4.263.358
1.02.01.04	Contas a Receber	138.211	145.776
1.02.01.04.01	Clientes	138.211	145.776
1.02.01.07	Tributos Diferidos	366.935	489.319
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	366.935	489.319
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.146.677	3.628.263
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	123.206	122.139
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	84.912	79.887
1.02.01.10.05	Ativo financeiro Setorial	98.200	93.722
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	3.598.056	3.229.979
1.02.01.10.07	Outros Créditos	664	9.602
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	2.565	2.565
1.02.01.10.09	Derivativos	239.074	90.369
1.02.03	Imobilizado	0	14.713
1.02.04	Intangível	3.088.314	3.036.309
1.02.04.01	Intangíveis	3.088.314	3.036.309
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.588.098	2.690.857
1.02.04.01.03	Ativo contratual em curso	500.216	345.452

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	9.854.680	9.484.167
2.01	Passivo Circulante	1.714.115	1.552.284
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.749	25.665
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	38.749	25.665
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	38.746	25.665
2.01.01.02.02	Entidade de previdência privada	3	0
2.01.02	Fornecedores	761.743	583.565
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	761.743	583.565
2.01.03	Obrigações Fiscais	146.603	148.014
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74.510	77.801
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	9.321	9.295
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	43.111	42.993
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	11.254	10.872
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	10.824	6.732
2.01.03.01.06	IRRF sobre juros sobre o capital próprio	0	7.909
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	72.093	70.213
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	72.093	70.213
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	250.619	259.626
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	231.260	208.478
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	113.712	103.110
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	117.548	105.368
2.01.04.02	Debêntures	19.359	51.148
2.01.05	Outras Obrigações	516.401	535.414
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	72.304
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	72.304
2.01.05.02	Outros	516.401	463.110
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	155.688	121.107
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	63.450	37.558
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	297.263	304.445
2.02	Passivo Não Circulante	4.337.261	4.204.607
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.722.806	3.593.478
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.349.387	2.192.561
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	729.508	659.508
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.619.879	1.533.053
2.02.01.02	Debêntures	1.373.419	1.400.917
2.02.02	Outras Obrigações	390.661	379.837
2.02.02.02	Outros	390.661	379.837
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	93.569	89.922
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições	792	8.919
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	152.500	134.463
2.02.02.02.08	Fornecedor	143.800	138.138
2.02.02.02.09	Derivativos	0	8.395
2.02.04	Provisões	223.794	231.292
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	196.612	197.352
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.737	19.898

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	88.982	89.351
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	81.893	88.103
2.02.04.02	Outras Provisões	27.182	33.940
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	26.813	33.571
2.02.04.02.05	Outros	369	369
2.03	Patrimônio Líquido	3.803.304	3.727.276
2.03.01	Capital Social Realizado	2.809.820	2.788.106
2.03.02	Reservas de Capital	195.676	217.390
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	195.676	217.390
2.03.04	Reservas de Lucros	629.094	784.781
2.03.04.01	Reserva Legal	120.369	120.369
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.890	46.890
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.479	11.479
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	155.688
2.03.04.10	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	450.356	450.355
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	240.378	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-71.664	-63.001

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.974.905	5.884.500	993.801	2.759.830
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.580.144	-4.654.796	-860.102	-2.324.706
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.187.939	-3.571.421	-700.435	-1.860.168
3.02.02	Custo de Operação	-164.325	-480.635	-72.111	-220.139
3.02.03	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-227.880	-602.740	-87.556	-244.399
3.03	Resultado Bruto	394.761	1.229.704	133.699	435.124
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-185.190	-495.857	-90.504	-210.773
3.04.01	Despesas com Vendas	-59.407	-180.030	-30.024	-66.038
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-90.382	-221.738	-42.152	-102.337
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35.401	-94.089	-18.328	-42.398
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	209.571	733.847	43.195	224.351
3.06	Resultado Financeiro	-28.040	-89.978	-30.887	-87.279
3.06.01	Receitas Financeiras	51.774	138.747	21.391	61.363
3.06.02	Despesas Financeiras	-79.814	-228.725	-52.278	-148.642
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	181.531	643.869	12.308	137.072
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-68.971	-234.991	-6.121	-52.652
3.08.01	Corrente	-18.937	-110.984	7.167	-3.717
3.08.02	Diferido	-50.034	-124.007	-13.288	-48.935
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	112.560	408.878	6.187	84.420
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	112.560	408.878	6.187	84.420
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	100,02000	363,31000	11,75000	160,36000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	112.560	408.878	6.187	84.420
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.664	-8.662	1.340	8.816
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-1.843	-5.512	0	0
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-1.821	-3.150	1.340	8.816
4.03	Resultado Abrangente do Período	108.896	400.216	7.527	93.236

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	948.263	21.082
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.146.665	384.803
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	643.868	137.072
6.01.01.02	Amortização	263.258	128.013
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	60.083	13.751
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhista e regulatórios	49.055	21.371
6.01.01.07	Encargos de dividas e atualização monetárias e cambiais	68.282	56.133
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	8.387	7.383
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	53.732	21.080
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	51.325	-269.365
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-110.360	-167.566
6.01.02.02	Tributos a compensar	20.625	-715
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	2.230	1.031
6.01.02.05	Ativo Fianciero Setorial	-18.040	-162.371
6.01.02.06	Contas a Receber CDE	27.322	11.002
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	25.998	-77.745
6.01.02.09	Fornecedores	183.840	112.146
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-10.250	-4.830
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	-42.691	0
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	-9.530	-628
6.01.02.14	Txas Regulamentares	25.891	-7.982
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-72.168	-34.952
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	7.431	23.270
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	21.027	39.975
6.01.03	Outros	-249.727	-94.356
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição pagos	-128.436	-25.200
6.01.03.02	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-121.291	-69.156
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-597.855	-234.514
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	6.922	0
6.02.03	Adições do intangível	0	-234.514
6.02.04	Adições de ativo contratual	-604.777	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-462.878	401.078
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-966.787	-925.549
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	890.316	1.333.441
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	-24.481	-6.814
6.03.04	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-289.607	0
6.03.05	Operações de mútuo com a controladora	-72.319	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-112.470	187.646
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	245.073	179.243
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	132.603	366.889

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	21.714	-21.714	-155.688	-168.500	0	-324.188
5.04.01	Aumentos de Capital	21.714	-21.714	0	0	0	0
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-155.688	0	0	-155.688
5.04.09	Dividendo intermediário	0	0	0	-168.500	0	-168.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	408.878	-8.663	400.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	408.878	0	408.878
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.663	-8.663
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-3.150	-3.150
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-5.513	-5.513
5.07	Saldos Finais	2.809.820	195.676	629.094	240.378	-71.665	3.803.303

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.112	8.816	83.928
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.420	0	84.420
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.308	8.816	-492
5.05.02.06	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-9.308	0	-9.308
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	8.816	8.816
5.07	Saldos Finais	1.495.084	95.489	70.781	75.112	-47.056	1.689.410

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	9.594.047	4.553.133
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.051.728	4.322.486
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	602.402	244.398
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-60.083	-13.751
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.944.687	-2.451.619
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.939.336	-2.055.539
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-806.532	-307.600
7.02.04	Outros	-198.819	-88.480
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.649.360	2.101.514
7.04	Retenções	-264.399	-128.344
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-225.324	-107.022
7.04.02	Outras	-39.075	-21.322
7.04.02.01	Amortização do Intangível de concessão	-39.075	-21.322
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.384.961	1.973.170
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	147.249	65.666
7.06.02	Receitas Financeiras	147.249	65.666
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.532.210	2.038.836
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.532.210	2.038.836
7.08.01	Pessoal	235.446	127.235
7.08.01.01	Remuneração Direta	138.576	72.009
7.08.01.02	Benefícios	87.864	49.332
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.006	5.894
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.634.480	1.664.483
7.08.02.01	Federais	1.645.842	760.003
7.08.02.02	Estaduais	1.987.471	903.911
7.08.02.03	Municipais	1.167	569
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	253.406	162.698
7.08.03.01	Juros	235.874	150.375
7.08.03.02	Aluguéis	17.532	12.323
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	408.878	84.420
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	408.878	84.420

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – Rio Sul Distribuidora de Energia S.A.

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2019	2018	Variação	2019	2018	Variação
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.266.701</b>	<b>1.644.807</b>	<b>98,6%</b>	<b>9.654.130</b>	<b>4.566.884</b>	<b>111,4%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.311.991	1.130.903	104,4%	7.008.080	3.330.953	110,4%
Suprimento de energia elétrica	209.245	143.543	45,8%	626.388	205.786	204,4%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	227.690	87.555	160,1%	602.402	244.398	146,5%
Outras receitas operacionais	462.334	189.133	144,4%	1.356.529	598.299	80,4%
Ativo e passivo financeiro setorial	55.442	93.673	-40,8%	60.731	187.448	-67,6%
Deduções da receita operacional	(1.291.797)	(651.005)	98,4%	(3.769.630)	(1.807.054)	108,6%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.974.905</b>	<b>993.801</b>	<b>98,7%</b>	<b>5.884.500</b>	<b>2.759.830</b>	<b>113,2%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(1.187.939)</b>	<b>(700.435)</b>	<b>69,6%</b>	<b>(3.571.421)</b>	<b>(1.860.168)</b>	<b>92,0%</b>
Energia comprada para revenda	(995.636)	(632.683)	57,4%	(3.007.278)	(1.571.542)	91,4%
Encargo de uso do sist transm distrib	(192.303)	(67.752)	183,8%	(564.143)	(288.627)	95,5%
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(577.395)</b>	<b>(250.172)</b>	<b>130,8%</b>	<b>(1.579.232)</b>	<b>(675.311)</b>	<b>133,9%</b>
Pessoal	(79.800)	(39.840)	100,3%	(239.144)	(118.941)	101,1%
Entidade de previdência privada	(3.375)	(2.461)	37,2%	(8.387)	(7.383)	13,6%
Material	(18.349)	(5.594)	228,0%	(50.738)	(15.525)	226,8%
Serviço de terceiros	(65.975)	(29.349)	124,8%	(195.495)	(82.030)	138,3%
Amortização	(77.567)	(32.680)	137,4%	(224.183)	(106.692)	110,1%
Amortização de intangível de concessão	(13.025)	(7.107)	83,3%	(39.075)	(21.322)	83,3%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(227.690)	(87.555)	160,1%	(602.402)	(244.398)	146,5%
Outros	(91.615)	(45.585)	101,0%	(219.809)	(79.023)	178,2%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>209.571</b>	<b>43.195</b>	<b>385,2%</b>	<b>733.847</b>	<b>224.351</b>	<b>227,1%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(28.040)</b>	<b>(30.887)</b>	<b>-9,2%</b>	<b>(89.979)</b>	<b>(87.278)</b>	<b>3,1%</b>
Receitas financeiras	51.774	21.391	142,0%	138.746	61.364	126,1%
Despesas financeiras	(79.813)	(52.278)	52,7%	(228.725)	(148.642)	53,9%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>181.531</b>	<b>12.308</b>	<b>1374,9%</b>	<b>643.868</b>	<b>137.072</b>	<b>369,7%</b>
Contribuição social	(17.160)	(1.585)	982,8%	(61.408)	(13.957)	340,0%
Imposto de renda	(51.811)	(4.536)	1042,2%	(173.583)	(38.695)	348,6%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>112.560</b>	<b>6.187</b>	<b>1719,2%</b>	<b>408.878</b>	<b>84.420</b>	<b>384,3%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>300.163</b>	<b>82.982</b>	<b>261,7%</b>	<b>997.105</b>	<b>352.364</b>	<b>183,0%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD

#### Incorporação da Rio Grande Energia

Em 31 de dezembro de 2018 foi aprovado a incorporação da Rio Grande Energia S.A. (“Incorporada”) pela RGE Sul Distribuidora S.A. (“incorporadora”), com a consequente extinção da Incorporada. Por conta deste ato societário estamos incluindo o 3º trimestre de 2018 da Incorporada nas análises de variações entre o 3º trimestre de 2019 em comparação ao mesmo trimestre de 2018, possibilitando assim uma melhor qualidade nas explicações apresentadas neste relatório de comentário de desempenho de resultado.

#### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 3.266.701 apresentado, aumento de 98,6% (R\$ 1.621.894) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.039.011, apresentado aumento de 95,2% (R\$ 1.481.760) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Considerando a receita operacional bruta do 3º trimestre de 2018 da incorporada, sem efeitos da receita de construção da infraestrutura da concessão, foi apurado uma redução na receita operacional bruta ajustada de 8% (R\$ 265.769). Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 3,7% (R\$ 88.282), explicado: (i) pela redução de 5,3% (R\$ 130.804) nas vendas do período, compensado (ii) pelo aumento na tarifa média em 1,8% (R\$ 42.522), devido ao reajuste tarifário de junho de 2019 de 10,05% (percepção do consumidor);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 16,5% (R\$ 41.340) explicado: (i) pela redução preço médio de venda em 27,1% (R\$ 67.836), basicamente pela queda no preço médio do Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”) em 56,7% no período (R\$ 214,13 no 3T19 ante R\$ 494,37 no 3T18); compensado: (ii) pelo aumento no volume de energia comercializada no mercado de curto prazo (R\$ 26.496).

## Comentário do Desempenho

- iii. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 76,2% (R\$ 177.912), basicamente pela (i) amortização Custo de Energia (R\$ 313.657) e Risco Hidrológico (R\$ 46.524), compensado pela (ii) diferimento de Encargos - Rede Básica/Transporte e ESS (R\$ 117.471) e Sobrecontratação (R\$ 77.065); e
- iv. **Outras receitas operacionais:** aumento de 9,9% (R\$ 41.765), basicamente: (i) pelo aumento de R\$ 57.347 na receita de disponibilidade da rede elétrica (TUSD) faturado de consumidores livres, essencialmente por conta do reajuste tarifário de junho de 2019; (ii) pelo reconhecimento neste trimestre de recebíveis de prefeituras no montante de R\$ 15.649, compensado: (iii) pela redução na atualização do ativo financeiro da concessão em R\$ 30.614.

### Quantidade de Energia Vendida

No 3º trimestre de 2019, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de 4,8% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 39,6% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou queda de 1,8% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi impactado negativamente pelos efeitos de temperatura (menor necessidade de calefação) e aumento da inserção de micro e minigeração distribuída.

A classe comercial, que representa 14,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 5,6% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi impactado negativamente pelos efeitos de temperatura e pela movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 13,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 15% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 31,8% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 3,2% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que essa queda foi motivada principalmente por uma redução no consumo rural.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de 2,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresentou quedas nas classes residencial de 1,8%, comercial de 1,6%, industrial de 2,7% e nas demais classes de consumo queda de 3,3%.

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2019 foram de R\$ 1.291.797, apresentando um aumento de 98,4% (R\$ 640.791) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando as deduções da receita operacional do 3º trimestre de 2018 da incorporada, foi apurado uma redução das deduções da receita operacional ajustada de 4% (R\$ 54.295). Esta redução é explicada basicamente: (i) bandeiras tarifárias em R\$ 23.752; (ii) redução na quota de CDE em R\$ 19.103; e (iii) ICMS, PIS e COFINS redução de R\$ 11.718 devido à redução na base de cálculo.

### Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 1.187.939, aumento de 69,6% (R\$ 487.504) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando o custo com energia elétrica do 3º trimestre de 2018 da incorporada, foi apurado uma redução do custo com energia elétrica ajustado de 18,2% (R\$ 263.657). Esta redução deve-se basicamente:

## Comentário do Desempenho

**Energia comprada para revenda:** redução de 24,7% (R\$ 326.528) em função: (i) redução de 23,4% no preço médio (R\$ 309.014), justificado principalmente pela redução do ("PLD"), e (ii) redução de 1,7% (R\$ 17.515) no volume de energia comprada.

**Encargos do uso do sistema de distribuição:** aumento de 48,6% (R\$ 62.871), impactado principalmente pelo aumento em: (i) Encargo de Serviço do Sistema (ESS) (R\$ 53.580) e (ii) Encargos de Energia de Reserva – EER (R\$ 9.505).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 577.395 no 3º trimestre de 2019, apresentando um aumento 130,8% (R\$ 327.223) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 349.705, apresentado um aumento de 115% (R\$ 187.088).

Considerando os custos e despesas operacionais do 3º trimestre de 2018 da incorporada sem os efeitos do custo de construção da infraestrutura da concessão, o aumento dos custos e despesas operacionais ajustado foi de 9,3% (R\$ 29.807), justificado basicamente pelos seguintes itens:

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que no 3º trimestre de 2019 foram de R\$ 259.113, um aumento de 111% (R\$ 136.284) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando os custos e despesas gerenciáveis do 3º trimestre de 2018 da incorporada, o aumento dos custos e despesas gerenciáveis ajustado foi de 9,2% (R\$ 21.832), verificado principalmente nos seguintes itens:

- **Pessoal:** aumento de 6% (R\$ 4.486), basicamente por conta de reajuste do acordo coletivo no período em 4,56%;
- **Material:** aumento de 40,8% (R\$ 5.320), basicamente pelo incremento nas despesas com matérias para a manutenção de linhas e redes (R\$ 3.597), manutenção da frota (R\$ 636) e uniformes e equipamentos (R\$ 605); e
- **Outros:** aumento de 12,9% (R\$ 10.464), basicamente pelo aumento nas despesas Legais, judiciais e Indenizações.

- **Amortização (inclui intangível de concessão)**

A amortização do 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 90.592, aumento de 127,7% (R\$ 50.805) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando a amortização do 3º trimestre de 2018 da incorporada, a amortização ajustada apresentou um aumento de 9,7% (R\$ 7.975), basicamente pelas adições na base de ativos ocorridas no período.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no 3º trimestre de 2019 apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 28.040, redução de 9,2% (R\$ 2.848) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando o resultado financeiro do 3º trimestre de 2018 da incorporada, a despesa financeira líquida ajustada apresentou uma redução de 40% (R\$ 18.659), que é explica basicamente:

**Receitas financeiras:** aumento de 11,3% (R\$ 5.250), principalmente pelos aumentos em: (i) Acréscimos e multas moratórias (R\$ 4,378) e (ii) Atualização de créditos fiscais (R\$ 668).

**Despesas financeiras:** redução de 14,4% (R\$ 13.409), principalmente pelas reduções nas despesas com encargos/atualização de dívida em R\$ 15.652, por conta de mudança no perfil

## Comentário do Desempenho

da dívida, associado aos efeitos da queda dos indexadores (CDI/IPCA) e amortizações ocorridas no período.

### Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 68.971, apresentando aumento de 1.026,8% (R\$ 62.850) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Considerando a tributação sobre o lucro do 3º trimestre de 2018 da incorporada, a tributação sobre o lucro ajustada apresentou um aumento de 35,1% (R\$ 17.926), que é explicado pelo incremento da base tributável ocorrida no período.

### Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nas explicações apresentadas, a Companhia apurou no 3º trimestre de 2019 um lucro líquido de R\$ 112.560, com aumento de 1.719,2% (R\$ 106.373), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior. Considerando o lucro líquido do 3º trimestre de 2018 da incorporada, o lucro líquido ajustado apresentou um aumento de 25,8% (R\$ 23.109).

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 300.163, apresentando um aumento de 261,7% (R\$ 217.180) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando o EBITDA do 3º trimestre de 2018 da incorporada, o EBITDA ajustado apresentou um aumento de 11,2% (R\$ 30.350).

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
 (Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	132.603	245.073
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.312.872	1.254.981
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	17.647	32.371
Outros tributos a compensar	7	70.557	66.863
Derivativos	30	18.369	9.811
Ativo financeiro setorial	8	395.711	315.091
Estoques		24.872	21.084
Outros ativos	11	141.913	224.512
<b>Total do circulante</b>		<b>2.114.543</b>	<b>2.169.787</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	138.211	145.776
Depósitos judiciais	20	123.206	122.139
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.565	2.565
Outros tributos a compensar	7	84.912	79.887
Ativo financeiro setorial	8	98.200	93.722
Derivativos	30	239.074	90.369
Créditos fiscais diferidos	9	366.935	489.319
Ativo financeiro da concessão	10	3.598.056	3.229.979
Outros ativos	11	664	9.601
Imobilizado		-	14.713
Ativo contratual	13	500.216	345.452
Intangível	12	2.588.098	2.690.857
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.740.137</b>	<b>7.314.380</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9.854.680</b>	<b>9.484.167</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	761.743	583.565
Empréstimos e financiamentos	15	231.260	208.478
Debêntures	16	19.359	51.148
Entidade de previdência privada	17	3	-
Taxas regulamentares	18	63.450	37.558
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	146.603	148.014
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	28	-	72.304
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	155.688	121.107
Obrigações estimadas com pessoal		38.746	25.665
Outras contas a pagar	21	297.263	304.444
<b>Total do circulante</b>		<b>1.714.115</b>	<b>1.552.284</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	14	143.800	138.138
Empréstimos e financiamentos	15	2.349.388	2.192.561
Debêntures	16	1.373.419	1.400.917
Entidade de previdência privada	17	93.569	89.922
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	792	8.919
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	223.794	231.292
Derivativos	30	-	8.395
Outras contas a pagar	21	152.500	134.463
<b>Total do não circulante</b>		<b>4.337.261</b>	<b>4.204.607</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	22		
Capital social		2.809.820	2.788.106
Reserva de capital		195.676	217.390
Reserva legal		120.369	120.369
Reserva de retenção de lucros para investimento		46.890	46.890
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		450.356	450.356
Dividendo não distribuído		11.479	11.479
Dividendo		-	155.688
Resultado abrangente acumulado		(71.664)	(63.002)
Lucros acumulados		240.378	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.803.303</b>	<b>3.727.276</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>9.854.680</b>	<b>9.484.167</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019		2018	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre <sup>(1)</sup>	9 meses <sup>(1)</sup>
Receita operacional líquida	24	1.974.905	5.884.500	993.801	2.759.830
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	25	(1.187.939)	(3.571.421)	(700.435)	(1.860.168)
Custo com operação	26	(164.325)	(480.635)	(72.111)	(220.139)
Amortização		(67.848)	(203.377)	(30.997)	(101.536)
Outros custos com operação		(96.477)	(277.258)	(41.114)	(118.603)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(227.880)	(602.740)	(87.556)	(244.399)
Lucro operacional bruto		394.761	1.229.704	133.699	435.124
Despesas operacionais	26				
Despesas com vendas		(59.407)	(180.030)	(30.024)	(66.038)
Amortização		(732)	(2.076)	(177)	(563)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19.979)	(60.083)	(10.340)	(13.751)
Outras despesas com vendas		(38.696)	(117.871)	(19.507)	(51.724)
Despesas gerais e administrativas		(90.382)	(221.738)	(42.152)	(102.337)
Amortização		(8.987)	(18.730)	(1.506)	(4.592)
Outras despesas gerais e administrativas		(81.395)	(203.008)	(40.646)	(97.745)
Outras despesas operacionais		(35.401)	(94.089)	(18.329)	(42.398)
Amortização de intangível da concessão		(13.025)	(39.075)	(7.107)	(21.322)
Outras despesas operacionais		(22.376)	(55.014)	(11.222)	(21.076)
Resultado do serviço		209.571	733.847	43.195	224.351
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		51.774	138.746	21.391	61.364
Despesas financeiras		(79.813)	(228.725)	(52.278)	(148.642)
		(28.040)	(89.979)	(30.887)	(87.278)
Lucro antes dos tributos		181.531	643.868	12.308	137.072
Contribuição social	9	(17.160)	(61.408)	(1.585)	(13.957)
Imposto de renda	9	(51.811)	(173.583)	(4.536)	(38.695)
		(68.971)	(234.991)	(6.121)	(52.652)
Lucro líquido do período		112.560	408.878	6.187	84.420
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinárias - R\$	23	100,02	363,31	11,75	160,36

<sup>(1)</sup> Veja as notas explicativas 1.1 Agrupamento de Concessões de Distribuição e 2.6 Nova apresentação - abertura de linhas

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de Reais)

	2019		2018	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>112.560</b>	<b>408.878</b>	<b>6.187</b>	<b>84.420</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(1.843)	(5.512)	-	-
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.821)	(3.150)	1.340	8.816
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>108.896</b>	<b>400.216</b>	<b>7.527</b>	<b>93.236</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2019**  
 ( Em milhares de Reais )

	Reserva de capital		Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído				Dividendo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.788.106</b>	<b>217.390</b>	<b>120.369</b>	<b>46.890</b>	<b>450.356</b>	<b>11.479</b>	<b>155.688</b>	<b>(63.002)</b>	<b>-</b>	<b>3.727.276</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	408.878	408.878
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(3.150)	-	(3.150)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(5.512)	-	(5.512)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Aumento de capital social	21.714	(21.714)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(155.688)	-	-	(155.688)
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(168.500)	(168.500)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>2.809.820</b>	<b>195.676</b>	<b>120.369</b>	<b>46.890</b>	<b>450.356</b>	<b>11.479</b>	<b>-</b>	<b>(71.664)</b>	<b>240.378</b>	<b>3.803.303</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2018**  
 ( Em milhares de Reais )

	Reserva de capital			Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Remuneração de bens e direitos	Agio na emissão de ações	Legal	Dividendo não distribuído				Ações em tesouraria
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.495.084</b>	<b>99.981</b>	<b>2.475</b>	<b>1.089</b>	<b>59.302</b>	<b>11.479</b>	<b>(8.056)</b>	<b>(55.872)</b>	<b>-</b>	<b>1.605.482</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	84.420	84.420
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	8.816	-	8.816
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.308)	(9.308)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2018</b>	<b>1.495.084</b>	<b>99.981</b>	<b>2.475</b>	<b>1.089</b>	<b>59.302</b>	<b>11.479</b>	<b>(8.056)</b>	<b>(47.055)</b>	<b>75.113</b>	<b>1.689.412</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de Reais)

	30/09/2019	30/09/2018
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>643.868</b>	<b>137.072</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	263.258	128.013
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	49.055	21.372
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60.083	13.751
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	68.282	56.133
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	8.387	7.383
Perda (ganho) na baixa de não circulante	53.732	21.080
	<b>1.146.665</b>	<b>384.804</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(110.360)	(167.566)
Tributos a compensar	20.625	(715)
Depósitos judiciais	2.230	1.031
Ativo financeiro setorial	(18.040)	(162.371)
Contas a receber - CDE	27.322	11.002
Outros ativos operacionais	25.998	(77.745)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	183.840	112.146
Outros tributos e contribuições sociais	(9.530)	(628)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(10.250)	(4.830)
Taxas regulamentares	25.891	(7.982)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(72.168)	(34.952)
Passivo financeiro setorial	(42.691)	-
Contas a pagar - CDE	7.431	23.270
Outros passivos operacionais	21.027	39.976
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>1.197.990</b>	<b>115.440</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(128.436)	(69.156)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(121.291)	(25.200)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>948.263</b>	<b>21.084</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(283)	(460)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	7.207	3
Adições de ativo contratual	(604.777)	-
Adições de Intangível	-	(234.057)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(597.853)</b>	<b>(234.514)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	890.316	1.333.441
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(966.787)	(925.549)
Liquidação de operações com derivativos	(24.481)	(6.814)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(289.607)	-
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(72.319)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(462.879)</b>	<b>401.078</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(112.470)</b>	<b>187.648</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>245.073</b>	<b>179.243</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>132.603</b>	<b>366.891</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas****RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de Reais)

	<b>9 meses 2019</b>	<b>9 meses 2018</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>9.594.047</b>	<b>4.553.133</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	9.051.728	4.322.486
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	602.402	244.398
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.083)	(13.751)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(4.944.687)</b>	<b>(2.451.619)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(3.939.336)	(2.055.539)
2.2 Material	(368.068)	(125.555)
2.3 Serviços de terceiros	(438.465)	(182.045)
2.4 Outros	(198.819)	(88.480)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>4.649.360</b>	<b>2.101.513</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(264.399)</b>	<b>(128.344)</b>
4.1 Amortização	(225.324)	(107.022)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(39.075)	(21.322)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>4.384.961</b>	<b>1.973.169</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>147.249</b>	<b>65.666</b>
6.1 Receitas financeiras	147.249	65.666
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>4.532.210</b>	<b>2.038.836</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>235.446</b>	<b>127.235</b>
8.1.1 Remuneração direta	138.576	72.009
8.1.2 Benefícios	87.864	49.332
8.1.3 F.G.T.S	9.006	5.894
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>3.634.479</b>	<b>1.664.483</b>
8.2.1 Federais	1.645.842	760.003
8.2.2 Estaduais	1.987.471	903.911
8.2.3 Municipais	1.167	569
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>253.407</b>	<b>162.698</b>
8.3.1 Juros	235.874	150.375
8.3.2 Aluguéis	17.532	12.323
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>408.878</b>	<b>84.420</b>
8.4.1 Lucros retidos	408.878	84.420
	<b>4.532.210</b>	<b>2.038.836</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2019**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 2,9 milhões de consumidores.

#### **1.1 Agrupamento de Concessões de Distribuição – Incorporação da Rio Grande Energia S.A. ("RGE")**

Em 04 de dezembro de 2018 por meio da Resolução Autorizativa nº 7.499/2018, a ANEEL autorizou o agrupamento das áreas de concessões que estavam abrangidas pelos Contratos de Concessão nºs 012/1997 e 013/1997, que pertenciam respectivamente às distribuidoras de energia RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("incorporadora") e Rio Grande Energia S.A. ("incorporada"), que a partir de 01 de janeiro de 2019 passou a operar somente sob uma distribuidora, a incorporadora RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., com nome fantasia de RGE, mantendo o direito de exploração das atividades de distribuição por um prazo de 30 anos vigente até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

Esta operação de agrupamento foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 31 de dezembro de 2018, que autorizou a incorporação do acervo líquido da incorporada. Por conta deste ato societário a comparabilidade entres os resultados do 3º trimestre de 2019 com o do mesmo trimestre do ano anterior ficou prejudicada, uma vez que no 3º trimestre de 2018 está sendo demonstrado as informações da incorporadora. Visando melhorar a análise comparativa entre os resultados, apresentamos a seguir o resultado do 3º trimestre de 2018 da incorporada e da incorporadora agrupados, possibilitando assim a comparabilidade com a resultado do 3º trimestre de 2019.

**Notas Explicativas**

Demonstração de Resultado	3º Trimestre de 2018			
	3º Trimestre de 2019	Incorporadora RGE Sul	Incorporada RGE	Agrupado
<b>Receita Operacional</b>	<b>3.266.701</b>	<b>1.644.807</b>	<b>1.837.061</b>	<b>3.481.868</b>
Fornecimento de energia elétrica	1.205.974	665.334	732.534	1.397.868
Suprimento de energia elétrica	185.526	137.242	95.033	232.275
Receita de disponibilidade da rede - TUSD	1.375.275	558.016	650.891	1.208.907
Ativo e passivo financeiro setorial	55.442	93.673	139.681	233.354
Receita de construção	227.690	87.555	89.532	177.087
Ativo financeiro da concessão	9.657	18.590	21.681	40.271
Outras receitas operacionais	207.137	84.397	107.709	192.106
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(1.291.797)</b>	<b>(651.005)</b>	<b>(695.086)</b>	<b>(1.346.091)</b>
ICMS	(665.150)	(316.602)	(337.332)	(653.934)
PIS e Cofins	(278.973)	(142.780)	(159.127)	(301.907)
Conta Desenv Energético - CDE	(264.022)	(143.619)	(139.506)	(283.125)
Outras deduções da receita	(83.652)	(48.004)	(59.121)	(107.125)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.974.905</b>	<b>993.801</b>	<b>1.141.975</b>	<b>2.135.776</b>
<b>Custo do serviço</b>				
Custo com energia elétrica	(1.187.939)	(700.435)	(751.161)	(1.451.596)
<b>Custo com operação</b>	<b>(164.325)</b>	<b>(72.111)</b>	<b>(74.660)</b>	<b>(146.771)</b>
Amortização	(67.848)	(30.997)	(32.874)	(63.871)
Outros custos com operação	(96.477)	(41.114)	(41.786)	(82.900)
Custo com serviço prestado a terceiros	(227.880)	(87.556)	(89.652)	(177.208)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>394.761</b>	<b>133.699</b>	<b>226.502</b>	<b>360.201</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas com vendas	(59.407)	(30.024)	(25.826)	(55.850)
Amortização	(732)	(177)	(217)	(394)
Provisão para créditos de liquidação	(19.979)	(10.340)	(6.359)	(16.699)
Outras despesas com vendas	(38.696)	(19.507)	(19.250)	(38.757)
Despesas gerais e administrativas	(90.382)	(42.152)	(42.956)	(85.108)
Amortização	(8.987)	(1.506)	(3.821)	(5.327)
Outras despesas gerais e administrativas	(81.395)	(40.646)	(39.135)	(79.781)
Outras despesas operacionais	(35.401)	(18.329)	(13.721)	(32.050)
Amortização de intangível da concessão	(13.025)	(7.107)	(5.918)	(13.025)
Outras despesas operacionais	(22.376)	(11.222)	(7.803)	(19.025)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>209.571</b>	<b>43.195</b>	<b>144.000</b>	<b>187.193</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	51.774	21.391	25.132	46.523
Despesas financeiras	(79.813)	(52.278)	(40.944)	(93.222)
	<b>(28.040)</b>	<b>(30.887)</b>	<b>(15.811)</b>	<b>(46.699)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>181.531</b>	<b>12.308</b>	<b>128.188</b>	<b>140.494</b>
Contribuição social	(17.160)	(1.585)	(11.957)	(13.542)
Imposto de renda	(51.811)	(4.536)	(32.967)	(37.503)
	<b>(68.971)</b>	<b>(6.121)</b>	<b>(44.924)</b>	<b>(51.045)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>112.560</b>	<b>6.187</b>	<b>83.264</b>	<b>89.449</b>

## Notas Explicativas

### ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

#### 2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 exceto pelo CPC 06 (R2) Operações com arrendamento mercantil e ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro que conforme descrito na nota 3.15 daquelas demonstrações financeiras não tem impacto materiais, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 4 de novembro de 2019.

#### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

#### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);

## Notas Explicativas

- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 24 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização e provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está reapresentando as informações contábeis intermediárias de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

## Notas Explicativas

A tabela a seguir resume os impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia:

	3º Trimestre de 2018			9 meses de 2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>993.801</b>	-	<b>993.801</b>	<b>2.759.830</b>	-	<b>2.759.830</b>
<b>Custo do serviço</b>						
Custo com energia elétrica	(700.435)	-	(700.435)	(1.860.168)	-	(1.860.168)
<b>Custo com operação</b>	<b>(72.111)</b>	-	<b>(72.111)</b>	<b>(220.139)</b>	-	<b>(220.139)</b>
Amortização	-	(30.997)	(30.997)	-	(101.536)	(101.536)
Outros custos com operação	-	(41.114)	(41.114)	-	(118.603)	(118.603)
Custo com serviço prestado a terceiros	(87.556)	-	(87.556)	(244.399)	-	(244.399)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>133.699</b>	-	<b>133.699</b>	<b>435.124</b>	-	<b>435.124</b>
<b>Despesas operacionais</b>						
<b>Despesas com vendas</b>	<b>(30.024)</b>	-	<b>(30.024)</b>	<b>(66.038)</b>	-	<b>(66.038)</b>
Amortização	-	(177)	(177)	-	(563)	(563)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(10.340)	(10.340)	-	(13.751)	(13.751)
Outras despesas com vendas	-	(19.507)	(19.507)	-	(51.724)	(51.724)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(42.152)</b>	-	<b>(42.152)</b>	<b>(102.337)</b>	-	<b>(102.337)</b>
Amortização	-	(1.506)	(1.506)	-	(4.592)	(4.592)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(40.646)	(40.646)	-	(97.745)	(97.745)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(18.329)</b>	-	<b>(18.329)</b>	<b>(42.398)</b>	-	<b>(42.398)</b>
Amortização de intangível da concessão	-	(7.107)	(7.107)	-	(21.322)	(21.322)
Outras despesas operacionais	-	(11.222)	(11.222)	-	(21.076)	(21.076)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>43.195</b>	-	<b>43.195</b>	<b>224.351</b>	-	<b>224.351</b>
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	21.391	-	21.391	61.364	-	61.364
Despesas financeiras	(52.278)	-	(52.278)	(148.642)	-	(148.642)
	<b>(30.887)</b>	-	<b>(30.887)</b>	<b>(87.278)</b>	-	<b>(87.278)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>12.308</b>	-	<b>12.308</b>	<b>137.072</b>	-	<b>137.072</b>
Contribuição social	(1.585)	-	(1.585)	(13.957)	-	(13.957)
Imposto de renda	(4.536)	-	(4.536)	(38.695)	-	(38.695)
	<b>(6.121)</b>	-	<b>(6.121)</b>	<b>(52.652)</b>	-	<b>(52.652)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>6.187</b>	-	<b>6.187</b>	<b>84.420</b>	-	<b>84.420</b>

### ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06(R2) e o ICPC 22 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Com relação ao ICPC 22, a Companhia aplicou a interpretação e informa que não houve impacto material na adoção da mesma.

O CPC 06(R2) estabelece, na visão do arrendatário, uma nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. O CPC 06(R2) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos

## Notas Explicativas

arrendamentos, a partir das perspectivas de arrendador e arrendatário. Através das mudanças advindas do CPC 06(R2), esse pronunciamento eliminou a classificação como tanto arrendamento operacional, quanto financeiro, estabelecendo um único modelo de contabilização para arrendatário, em que todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06(R2), os pagamentos de arrendamentos operacionais não são debitados ao resultado operacional pelo regime de competência. Em vez disso, a depreciação do direito de uso de um ativo arrendado, bem como as despesas financeiras e os ganhos ou perdas cambiais sobre o passivo de arrendamento, afetam o resultado. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06(R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A Companhia aplicou a isenção de arrendamento de curto prazo e reconhece os pagamentos associados a tais arrendamentos como despesas ao longo dos prazos contratuais.

De acordo com as disposições de transição estabelecidas no CPC 06(R2), a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com o efeito cumulativo de sua aplicação inicial reconhecida em 1º de janeiro de 2019, sem reapresentação da informação do período anterior, sendo escolhidos os seguintes expedientes práticos: arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Como resultado da aplicação inicial da CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

### **( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

#### **- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da Companhia que

## Notas Explicativas

anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2019	31/12/2018
Saldos bancários	25.397	54.381
Aplicações financeiras	107.205	190.692
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	66
Título de crédito privado (b)	107.205	190.626
<b>Total</b>	<b>132.603</b>	<b>245.073</b>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); e
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 106.844 (R\$ 142.667 em 31 de dezembro de 2018), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 9 (R\$ 47.959 em 31 de dezembro de 2018), e (iii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$352, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do CDI.

## Notas Explicativas

### ( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	299.861	151.169	16.083	467.113	447.361
Industrial	66.348	19.706	14.057	100.111	92.813
Comercial	95.044	25.027	19.450	139.521	147.626
Rural	48.640	11.037	10.978	70.655	72.913
Poder público	25.641	10.583	1.975	38.199	33.550
Iluminação pública	17.840	2.038	5.132	25.010	20.018
Serviço público	28.685	261	14	28.959	25.669
<b>Faturado</b>	<b>582.059</b>	<b>219.821</b>	<b>67.689</b>	<b>869.568</b>	<b>839.950</b>
Não faturado	358.191	-	-	358.191	375.844
Parcelamento de débito de consumidores	42.697	10.024	8.914	61.635	55.328
Operações realizadas na CCEE	81.658	-	-	81.658	11.503
Concessionárias e permissionárias	25.721	-	-	25.721	42.453
Outros	(9)	-	-	(9)	2.113
	<b>1.090.317</b>	<b>229.845</b>	<b>76.603</b>	<b>1.396.764</b>	<b>1.327.191</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(83.892)	(72.210)
<b>Total</b>				<b>1.312.872</b>	<b>1.254.981</b>
<b>Não circulante</b>					
Precatórios	66.708			66.708	67.209
Parcelamento de débito de consumidores	71.503	-	-	71.503	78.567
<b>Total</b>	<b>138.211</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>138.211</b>	<b>145.776</b>

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(72.210)</b>	<b>(17.010)</b>	<b>(89.220)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(82.195)	(48)	(82.243)
Recuperação de receita	22.160	-	22.160
Baixa de contas a receber provisionadas	48.353	-	48.353
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>(83.892)</b>	<b>(17.058)</b>	<b>(100.950)</b>

**Notas Explicativas****( 7 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.571	8.215
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	11.049	22.882
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.027	1.274
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b><u>17.647</u></b>	<b><u>32.371</u></b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.266	7.242
ICMS a compensar	61.268	53.598
Programa de integração social - PIS	530	683
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.447	3.153
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	2.158
Outros	37	29
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b><u>70.557</u></b>	<b><u>66.863</u></b>
<b>Total circulante</b>	<b><u>88.204</u></b>	<b><u>99.234</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b><u>2.565</u></b>	<b><u>2.565</u></b>
ICMS a compensar	79.780	74.850
Programa de integração social - PIS	796	779
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.665	3.587
Outros	671	671
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b><u>84.912</u></b>	<b><u>79.887</u></b>
<b>Total não circulante</b>	<b><u>87.478</u></b>	<b><u>82.452</u></b>

## Notas Explicativas

### ( 8 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 30/09/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	339.339	143.887	483.227	369.863	(322.410)	26.725	243.696	313.708	557.406
CVA (*)									
CDE (**)	72.845	(7.408)	65.437	85.789	(19.588)	4.182	48.800	87.020	135.820
Custos energia elétrica	213.686	195.039	408.725	102.434	(328.507)	16.463	15.226	183.890	199.116
ESS e EER (***)	(171.219)	(132.755)	(303.973)	(109.867)	211.498	(11.314)	(43.494)	(170.163)	(213.656)
Proinfa	2	(613)	(611)	14.310	(5.759)	814	-	8.755	8.755
Rede básica	5.120	9.743	14.863	9.082	(7.839)	(95)	20.273	(4.263)	16.011
Repasso de Itaipu	398.370	130.106	528.476	208.648	(275.353)	21.381	176.710	306.442	483.152
Transporte de Itaipu	11.083	2.619	13.703	9.614	(6.479)	697	6.119	11.416	17.535
Neutralidade dos encargos setoriais	(19.718)	4.890	(14.828)	21.037	(527)	(149)	26.154	(20.621)	5.533
Sobrecontratação	(170.830)	(57.735)	(228.565)	28.816	110.143	(5.254)	(6.092)	(88.768)	(94.860)
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(49.604)</b>	<b>(24.810)</b>	<b>(74.414)</b>	<b>(11.634)</b>	<b>24.912</b>	<b>(2.359)</b>	<b>(72.554)</b>	<b>9.060</b>	<b>(63.494)</b>
<b>Total</b>	<b>289.736</b>	<b>119.077</b>	<b>408.813</b>	<b>358.229</b>	<b>(297.498)</b>	<b>24.366</b>	<b>171.142</b>	<b>322.768</b>	<b>493.911</b>
Ativo circulante			315.091						395.711
Ativo não circulante			93.722						98.200

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

### ( 9 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 9.1- Composição dos créditos fiscais:

	30/09/2019	31/12/2018
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>		
Bases negativas	68.796	81.231
Benefício fiscal do intangível incorporado	44.275	45.862
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(22.201)	(4.261)
<b>Subtotal</b>	<b>90.870</b>	<b>122.832</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>		
Prejuízos fiscais	190.672	224.704
Benefício fiscal do intangível incorporado	147.063	153.618
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(61.670)	(11.836)
<b>Subtotal</b>	<b>276.065</b>	<b>366.487</b>
<b>Total</b>	<b>366.935</b>	<b>489.319</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

## Notas Explicativas

### 9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Em 2019 por conta da incorporação (nota 1) está sendo realizado o benefício fiscal da incorporada Rio Grande Energia S.A., No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

### 9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/09/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20.121	55.893	20.783	57.731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.568	26.577	8.514	23.649
Programas de P&D e eficiência energética	7.637	21.213	6.279	17.443
Provisão relacionada a pessoal	812	2.255	1.199	3.330
Marcação a Mercado- Derivativos	(3.097)	(8.602)	179	497
Marcação a Mercado- Dívidas	1.197	3.326	(2.186)	(6.072)
Derivativos	(17.190)	(47.750)	(8.430)	(23.417)
Registro da concessão - ajuste do intangível	2.536	7.043	2.771	7.697
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(53.813)	(149.482)	(46.227)	(128.408)
Perdas atuariais	125	348	293	815
Outros	(1.451)	(4.031)	1.209	3.358
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	11.355	31.539	11.355	31.542
<b>Total</b>	<b>(22.201)</b>	<b>(61.670)</b>	<b>(4.261)</b>	<b>(11.836)</b>

### 9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018:

	CSLL			
	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	181.531	643.868	12.308	137.072
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.247)	(2.291)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	9.813	37.004	5.026	17.305
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	566	3.725	273	698
<b>Base de cálculo</b>	<b>190.663</b>	<b>682.306</b>	<b>17.607</b>	<b>155.075</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
<b>Total</b>	<b>(17.160)</b>	<b>(61.408)</b>	<b>(1.585)</b>	<b>(13.957)</b>
Corrente	(4.055)	(29.016)	1.932	(1.004)
Diferido	(13.105)	(32.392)	(3.517)	(12.953)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

**Notas Explicativas**

	IRPJ			
	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>181.531</b>	<b>643.868</b>	<b>12.308</b>	<b>137.072</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Amortização de intangível adquirido	11	33	-	-
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.247)	(2.291)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	9.813	37.004	5.026	17.305
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(166)	(1.585)	811	405
<b>Base de Cálculo</b>	<b>189.942</b>	<b>677.029</b>	<b>18.145</b>	<b>154.782</b>
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
<b>Crédito/(Débito) fiscal apurado</b>	<b>(47.486)</b>	<b>(169.257)</b>	<b>(4.536)</b>	<b>(38.695)</b>
Provisão para riscos fiscais	(4.326)	(4.326)	-	-
<b>Total</b>	<b>(51.811)</b>	<b>(173.583)</b>	<b>(4.536)</b>	<b>(38.695)</b>
Corrente	(14.882)	(81.968)	5.235	(2.713)
Diferido	(36.929)	(91.615)	(9.771)	(35.982)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

**( 10 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>3.229.979</b>
Transferência - ativo contratual	289.097
Transferência - intangível em serviço	411
Ajuste ao valor justo	88.563
Baixas	(9.995)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>3.598.056</b>

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

**( 11 ) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Adiantamentos - fornecedores	30	5	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	67	9	455	9.444
Ordens em curso	50.942	53.565	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.157	188	-	-
Despesas antecipadas	16.130	71.250	209	157
Contas a receber - CDE (*)	42.555	69.877	-	-
Adiantamentos a funcionários	9.958	6.897	-	-
Outros	33.131	39.729	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(17.058)	(17.010)	-	-
<b>Total</b>	<b>141.913</b>	<b>224.512</b>	<b>664</b>	<b>9.601</b>

**Notas Explicativas**

(\*) **Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 4.496 (R\$ 4.770 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 38.059 (R\$ 65.107 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 1.

**( 12 ) INTANGÍVEL**

	<u>Direito de concessão</u>			Total
	<u>Adquirido em combinações de negócio</u>	<u>Infraestrutura de distribuição - em serviço</u>	<u>Outros ativos intangíveis</u>	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>462.181</b>	<b>2.224.369</b>	<b>4.310</b>	<b>2.690.857</b>
Custo histórico	1.923.048	5.000.787	37.642	6.961.477
Amortização acumulada	(1.460.868)	(2.776.418)	(33.334)	(4.270.620)
Amortização	(39.075)	(221.375)	(742)	(261.191)
Transferência - ativo contratual	-	170.206	-	170.206
Transferência - ativo financeiro	-	(411)	-	(411)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(11.365)	-	(11.365)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>423.106</b>	<b>2.161.423</b>	<b>3.569</b>	<b>2.588.098</b>
Custo histórico	1.923.048	5.094.907	37.643	7.055.598
Amortização acumulada	(1.499.942)	(2.933.484)	(34.074)	(4.467.500)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

**( 13 ) ATIVO CONTRATUAL**

<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>345.452</b>
Adições	614.069
Transferência - intangível em serviço	(170.206)
Transferência - ativo financeiro	(289.097)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>500.216</b>

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

**Notas Explicativas****( 14 ) FORNECEDORES**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Circulante</b>		
Encargos de serviço do sistema	-	21.695
Suprimento de energia elétrica	572.857	394.312
Encargos de uso da rede elétrica	77.327	68.468
Materiais e serviços	111.560	99.090
<b>Total</b>	<b><u>761.743</u></b>	<b><u>583.565</u></b>
<b>Não circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica	104.004	99.909
Encargos de uso da rede elétrica	39.796	38.229
<b>Total</b>	<b><u>143.800</u></b>	<b><u>138.138</u></b>

**( 15 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	80.559	-	(17.315)	2.191	-	(2.219)	63.218
Pós Fixado							
TJLP	81.921	-	(32.947)	4.222	-	(4.100)	49.097
TLP (IPCA)	530.078	154.000	-	33.097	-	(18.605)	698.569
Selic	47.273	-	(11.156)	2.800	-	(842)	38.076
CDI	5.752	-	(3.975)	224	-	-	2.001
Outros	31.723	-	(23.275)	522	-	(522)	8.447
<b>Total ao custo</b>	<b><u>777.308</u></b>	<b><u>154.000</u></b>	<b><u>(88.668)</u></b>	<b><u>43.055</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(26.288)</u></b>	<b><u>859.408</u></b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b><u>(14.690)</u></b>	<b><u>(2.890)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.394</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(16.186)</u></b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	1.220.416	-	(53.624)	32.486	87.310	(29.692)	1.256.895
Euro	447.301	-	-	2.681	11.389	(2.684)	458.688
Marcação a mercado	(29.296)	-	-	51.141	-	-	21.845
<b>Total ao valor justo</b>	<b><u>1.638.420</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(53.624)</u></b>	<b><u>86.308</u></b>	<b><u>98.699</u></b>	<b><u>(32.376)</u></b>	<b><u>1.737.428</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>2.401.039</u></b>	<b><u>151.110</u></b>	<b><u>(142.292)</u></b>	<b><u>130.757</u></b>	<b><u>98.699</u></b>	<b><u>(58.664)</u></b>	<b><u>2.580.648</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>208.478</u></b>						<b><u>231.260</u></b>
<b>Não circulante</b>	<b><u>2.192.561</u></b>						<b><u>2.349.388</u></b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>						
<b>Pré fixado</b>						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	60.993	74.978	2021 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	Pré fixado 6,86%		1.513	3.216	2013 a 2020	Fiança Bancária
FINAME	Pré fixado de 4,5% a 10%		712	2.366	2010 a 2021	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
			<u>63.218</u>	<u>80.561</u>		
<b>Pós fixado</b>						
<b>TJLP e TLP</b>						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08%		46.364	73.259	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	TJLP		2.732	3.491	2016 a 2024	Fiança Bancária
			<u>49.097</u>	<u>76.750</u>		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(b)	38.076	47.273	2015 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
<b>TLP ( IPCA)</b>						
FINEM	TLP + 4,74%		698.569	535.250	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
<b>CDI</b>						
Empréstimos bancários	(i) De 100,00% a 109,50% do CDI (ii) CDI + 0,10% a 1,90%	(b)	2.001	5.752	2020	Fiança da CPFL Energia
<b>Outros</b>						
Outros	RGR (6%)		8.447	31.722	2005 a 2020	Fianças bancárias, recebíveis e notas promissórias
<b>Total moeda nacional</b>			<u>859.408</u>	<u>777.308</u>		
<b>Gastos com captação (*)</b>			<u>(16.186)</u>	<u>(14.690)</u>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b>						
<b>Dólar</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,82% a 2,7%	(b)	222.523	259.309	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,93% a 3,65%	(b)	1.034.372	961.107	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<u>1.256.895</u>	<u>1.220.416</u>		
<b>Euro</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro de 0,79 + 0,80%		458.688	447.301	2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>			<u>21.845</u>	<u>(29.296)</u>		
<b>Total moeda estrangeira</b>			<u>1.737.428</u>	<u>1.638.421</u>		
<b>Total</b>			<u>2.580.648</u>	<u>2.401.039</u>		

(\*) Conforme (CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 30 de setembro de 2019, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.737.428 (R\$ 1.638.421 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 21.845 (ganhos R\$ 29.296 em 31 de dezembro de 2018), compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 33.244 (perdas R\$ 13.062 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 11.399 (ganhos R\$ 16.234 em 31 de dezembro de 2018).

## Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

A partir de 01/10/2020	89.658
2021	1.450.394
2022	351.560
2023	98.633
2024	94.478
2025 a 2029	242.545
<b>Subtotal</b>	<b>2.327.268</b>
Marcação a mercado	22.120
<b>Total</b>	<b>2.349.388</b>

### Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2019	Líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional								
IPCA - BNDES	1.133.024	154.000	151.110	Mensal	Mensal após abril/2020	Investimento	IPCA + 4,74%	IPCA + 5,43%

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2019, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia, detentora dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado (operações descontinuadas, mudanças no valor recuperável, margens na construção de ativo entre outros efeitos não recorrentes, caso ocorra) menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela Dívida Líquida mais patrimônio líquido menor ou igual a 0,9.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

## Notas Explicativas

### ( 16 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2019
<b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b>						
CDI	1.091.040	740.000	(824.495)	50.777	(50.533)	1.006.788
IPCA	140.518	-	-	9.252	(7.323)	142.447
<b>Total ao custo</b>	<b>1.231.558</b>	<b>740.000</b>	<b>(824.495)</b>	<b>60.028</b>	<b>(57.856)</b>	<b>1.149.235</b>
<b>Gastos com emissão (*)</b>	<b>(8.458)</b>	<b>(794)</b>	<b>-</b>	<b>1.785</b>	<b>-</b>	<b>(7.467)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo - Pós fixado</b>						
IPCA	225.076	-	-	15.578	(11.916)	228.738
Marcação a mercado	3.889	-	-	18.382	-	22.271
<b>Total ao valor justo</b>	<b>228.965</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.960</b>	<b>(11.916)</b>	<b>251.009</b>
<b>Total</b>	<b>1.452.065</b>	<b>739.206</b>	<b>(824.495)</b>	<b>95.773</b>	<b>(69.772)</b>	<b>1.392.778</b>
Circulante	51.148					19.359
Não circulante	1.400.917					1.373.419

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/09/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b>					
CDI	De 107% a 114,50% do CDI	(a) 1.006.788	1.091.040	2017 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,3473%	(b) 142.447	140.518	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia
<b>Total mensuradas ao custo</b>		<b>1.149.235</b>	<b>1.231.558</b>		
	<b>Gastos com emissão (*)</b>	<b>(7.467)</b>	<b>(8.458)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Pós fixado</b>					
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	(b) 228.738	225.076	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
<b>Marcação a mercado</b>		<b>22.271</b>	<b>3.889</b>		
<b>Total mensuradas ao valor justo</b>		<b>251.009</b>	<b>228.965</b>		
<b>Total</b>		<b>1.392.778</b>	<b>1.452.065</b>		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Taxa efetiva a. a.:

(a) De 106,2% a 109,75% do CDI | CDI + 0,88%

(b) IPCA de + 5,49% a 6,31%

## Notas Explicativas

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 30 de setembro de 2019, o saldo da debênture designada ao valor justo totalizava R\$ 251.009 (R\$ 228.965 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 22.271 (R\$ 3.889 em 31 de dezembro de 2018), que foram absorvidas pelos ganhos obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 33.094 (R\$ 11.076 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 10.823 (R\$ 7.187 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	121.396
2022	123.770
2023	439.599
2024	553.383
2025 a 2029	113.000
<b>Subtotal</b>	<b>1.351.148</b>
Marcação a mercado	22.271
<b>Total</b>	<b>1.373.419</b>

### Adições no período:

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			Liberado em 2019	Liberado líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - CDI									
Debêntures	10ª emissão	740.000	740.000	739.206	Semestral	2 Parcelas anuais a partir de Mai/2023	107% do CDI	107,84% do CDI	(a)

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

### Pré-pagamento:

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 796.330 de debêntures cujos vencimentos originais eram de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

### Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

## Notas Explicativas

As debêntures emitidas em 2019 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

### ( 17 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação CEEE de Previdência Privada ("Fundação CEEE"), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

**"Plano 1" (Plano Único da incorporada):** Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018; e

**"Plano 2" (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

#### 17.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Plano 1 (*)</u>	<u>Plano 2</u>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2018</b>	-	<b>89.922</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(133)	8.520
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(5.379)	(4.873)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	5.512	-
<b>Passivo atuarial líquido em 30/09/2019</b>	<u>-</u>	<u><b>93.569</b></u>
Outras contribuições	-	3
<b>Total passivo</b>	<u>-</u>	<u><b>93.571</b></u>
Circulante	-	3
Não circulante	-	93.569

(\*) O Plano 1 esteve registrado na extinta RGE até o agrupamento das distribuidoras à data-base de 31 de outubro de 2018

## Notas Explicativas

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	9 Meses de 2019	
	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	138	1.965
Juros sobre obrigações atuariais	25.758	40.759
Rendimento esperado dos ativos do plano	(28.125)	(34.204)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	2.096	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>(133)</b>	<b>8.520</b>

(\*) O Plano 1 esteve registrado na extinta RGE até o agrupamento das distribuidoras à data-base de 31 de outubro de 2018.

### ( 18 ) TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/2019	31/12/2018
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	751	751
Bandeiras tarifárias e outros	62.699	36.807
<b>Total</b>	<b>63.450</b>	<b>37.558</b>

**Bandeiras tarifárias e outros** – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 24.4).

### ( 19 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	72.093	70.213
Programa de integração social - PIS	9.321	9.295
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	43.111	42.993
PIS/COFINS parcelamento	11.254	10.872
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	7.909
Outros	10.824	6.732
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>146.603</b>	<b>148.014</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS/COFINS parcelamento	792	8.919
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>792</b>	<b>8.919</b>

**Notas Explicativas****( 20 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/09/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	88.982	54.605	89.351	56.275
Cíveis	81.893	30.975	88.103	28.426
Fiscais	25.737	37.626	19.898	37.439
Regulatórios	26.813	-	33.571	-
Outros	369	-	368	-
<b>Total</b>	<b>223.794</b>	<b>123.206</b>	<b>231.292</b>	<b>122.139</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2019
Trabalhistas	89.351	29.164	(7.783)	(28.387)	6.638	88.982
Cíveis	88.103	30.531	(13.247)	(31.320)	7.826	81.893
Fiscais	19.898	7.090	(1.236)	(626)	611	25.737
Regulatórios	33.571	4.936	(1.935)	(11.832)	2.073	26.813
Outros	368	-	-	-	1	369
<b>Total</b>	<b>231.292</b>	<b>71.722</b>	<b>(24.201)</b>	<b>(72.167)</b>	<b>17.148</b>	<b>223.794</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

**Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estavam assim representadas:

**Notas Explicativas**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	
Trabalhistas	428.315	421.899	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	793.997	683.201	danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.587.868	1.555.881	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	53.536	58.612	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b><u>2.863.715</u></b>	<b><u>2.719.592</u></b>	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

**( 21 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Consumidores e concessionárias	32.892	33.076	49.792	47.831
Programa de eficiência energética - PEE	81.160	82.035	33.819	28.585
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	33.188	37.489	32.546	25.033
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	15.610	12.259	-	-
Adiantamentos	927	435	341	378
Descontos tarifários - CDE	88.918	81.487	-	-
Folha de pagamento	1.936	1.658	-	-
Participação nos lucros	10.180	14.191	617	1.286
Convênios de arrecadação	25.447	27.026	-	-
Outros	7.005	14.787	35.386	31.350
<b>Total</b>	<b><u>297.263</u></b>	<b><u>304.444</u></b>	<b><u>152.500</u></b>	<b><u>134.463</u></b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**( 22 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está assim distribuída:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
<b>Total</b>	<b><u>1.125.427</u></b>	<b><u>100,00</u></b>

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

## Notas Explicativas

### 22.1 - Aumento de Capital

Através da AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 21.714, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

### 22.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração juros sobre o capital próprio imputado como dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 110.956, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,451017274 correspondente a R\$ 98,589786348 (R\$ 83,801318396 líquido dos efeitos tributários); e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 155.688, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 138,336590149.

Na AGE de 09 de agosto de 2019 foi aprovada a declaração de R\$ 168.500 como dividendos intercalares, os quais deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2019.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de 289.607 sendo R\$ 94.312 referente a juros sobre o capital próprio e R\$ 195.295 de dividendos.

## ( 23 ) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2019		2018	
	3ºtrimestre	9 meses	3ºtrimestre	9 meses
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	112.560	408.878	6.187	84.420
<b>Denominador</b>				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	1.125.427	1.125.427	526.451	526.451
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$</b>	<b>100,02</b>	<b>363,31</b>	<b>11,75</b>	<b>160,36</b>

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## Notas Explicativas

**( 24 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.172.743	3.554.409	580.700	1.667.807
Industrial	320.579	921.950	165.767	428.094
Comercial	434.229	1.391.541	214.064	661.252
Rural	148.116	531.526	67.467	314.414
Poderes públicos	75.132	220.266	43.490	122.689
Iluminação pública	66.564	181.065	28.554	72.268
Serviço público	83.763	234.875	39.581	105.422
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.301.126</b>	<b>7.035.632</b>	<b>1.139.624</b>	<b>3.371.945</b>
Fornecimento não faturado (líquido)	10.865	(27.552)	(8.721)	(40.993)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.106.017)	(3.294.961)	(465.568)	(1.944.359)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.205.974</b>	<b>3.713.119</b>	<b>665.334</b>	<b>1.386.594</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	116.000	439.083	25.047	48.056
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(23.719)	(76.401)	(6.301)	(12.334)
Energia elétrica de curto prazo	93.245	187.305	118.496	157.730
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>185.526</b>	<b>549.987</b>	<b>137.242</b>	<b>193.452</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.129.736	3.371.363	471.869	1.956.693
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	245.539	668.286	86.147	231.925
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(13.322)	(44.532)	(4.809)	(15.384)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	227.690	602.402	87.555	244.398
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	55.442	60.731	93.673	187.448
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	9.657	84.296	18.590	57.508
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	178.361	556.128	77.657	265.305
Outras receitas e rendas	42.098	92.351	11.548	58.946
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>1.875.201</b>	<b>5.391.025</b>	<b>842.230</b>	<b>2.986.839</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>3.266.701</b>	<b>9.654.130</b>	<b>1.644.807</b>	<b>4.566.884</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(665.150)	(1.985.989)	(316.602)	(903.520)
PIS	(49.763)	(148.026)	(25.469)	(72.389)
COFINS	(229.210)	(681.816)	(117.311)	(333.426)
ISS	(83)	(255)	(49)	(83)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(264.022)	(838.643)	(143.619)	(402.563)
Programa de P & D e eficiência energética	(17.509)	(52.799)	(8.877)	(24.552)
PROINFA	(10.793)	(29.062)	(4.557)	(12.937)
Bandeiras tarifárias e outros	(52.712)	(25.980)	(33.496)	(54.747)
Outros	(2.555)	(7.059)	(1.026)	(2.838)
	<b>(1.291.797)</b>	<b>(3.769.630)</b>	<b>(651.005)</b>	<b>(1.807.054)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.974.905</b>	<b>5.884.500</b>	<b>993.801</b>	<b>2.759.830</b>

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<b>Receita de operações com energia elétrica - em GWh</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.315	4.195	642	2.075
Industrial	458	1.397	220	634
Comercial	488	1.671	234	829
Rural	273	1.160	126	936
Poderes públicos	89	273	50	158
Iluminação pública	148	434	61	177
Serviço público	114	349	54	164
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.886</b>	<b>9.479</b>	<b>1.386</b>	<b>4.974</b>
Consumo próprio	2	5	1	2
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>2.887</b>	<b>9.484</b>	<b>1.387</b>	<b>4.976</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	430	1.636	122	251
Energia elétrica de curto prazo	428	858	243	345
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>859</b>	<b>2.494</b>	<b>365</b>	<b>597</b>

## Notas Explicativas

<b>Nº de consumidores</b>	<b>30/09/2019</b>	<b>30/09/2018</b>
<b>Classe de consumidores</b>		
Residencial	2.440.603	1.146.599
Industrial	20.093	7.052
Comercial	178.679	84.941
Rural	248.795	109.282
Poderes públicos	21.065	8.973
Iluminação pública	443	114
Serviço público	3.509	1.199
Consumo Próprio	226	91
<b>Total</b>	<b>2.913.413</b>	<b>1.358.251</b>

### 24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

### 24.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 11 de junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.557, relativo ao Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia e da empresa incorporada a partir de 19 de junho de 2019, em 10,05%, sendo 0,05% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores da Companhia é de 1,72% e pelos consumidores da empresa incorporada é de 8,63%.

Em 17 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.385, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 18,45%, sendo 11,57% referentes ao reajuste tarifário econômico e 6,88% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 22,47%.

Por conta do agrupamento da concessão descrito na nota 1, em 2019 considera também os efeitos da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) de 2018 da incorporada Rio Grande Energia S.A, autorizada pela ANEEL em 12 de junho de 2018 por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.401, onde suas tarifas foram em média, reajustadas em 21,27%, sendo 15,56% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 5,71% relativos aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 20,58% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Anual (“RTA”) ocorrida em 13 de junho de 2017. As novas tarifas estão em vigor para o período de 19 de junho de 2018 a 18 de junho de 2019.

### 24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão divulgados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No período de nove meses findos em 30 de setembro 2019, foi registrada receita de R\$ 556.128 (R\$ 265.305 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018), sendo (i) R\$ 21.044 (R\$ 12.789 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 452.035 (R\$ 246.342 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) referentes descontos tarifários e (iii) R\$ 255 (R\$ 584 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 82.794 (R\$ 5.590 no período de nove meses findos em 30 de

## Notas Explicativas

setembro de 2018) de subvenção CCRBT. Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 11) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 21).

### 24.4 - Bandeiras tarifárias

Vigente desde 1º de janeiro de 2015, o sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias, criado por meio da REN ANEEL nº 547/2013, busca, primordialmente, sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha, sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais críticas. Para cada 100 KWh consumidos, antes dos efeitos tributários, a bandeira amarela resulta em acréscimos de cerca de R\$1,34 na tarifa, enquanto a bandeira vermelha, a depender do patamar, em cerca de R\$ 4,17 (patamar 1) e em cerca de R\$ 6,24 (patamar 2). Os valores informados estão vigentes desde 1º de novembro de 2019 e foram regulamentados pela REH ANEEL nº 2628/2019.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foram homologados pela ANEEL os meses de novembro de 2018 a julho de 2019. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 53.824, e o valor recebido pela Companhia da CCRBT, foi de R\$ 82.794, totalizando R\$ 136.618 utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). O montante de R\$ 62.699, referente a Bandeira Tarifária faturada de agosto e setembro de 2019 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 18).

### 24.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

## Notas Explicativas

**( 25 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	233.313	657.909	127.460	343.983
PROINFA	27.913	87.397	11.019	34.253
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	833.873	2.540.361	556.343	1.344.142
Crédito de PIS e COFINS	(99.464)	(278.388)	(62.139)	(150.836)
<b>Subtotal</b>	<b>995.636</b>	<b>3.007.278</b>	<b>632.683</b>	<b>1.571.542</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica	157.214	445.019	74.325	247.549
Encargos de transporte de Itaipu	23.004	65.906	12.015	33.695
Encargos de conexão	23.292	82.764	12.403	32.187
Encargos de uso do sistema de distribuição	997	998	1.145	3.765
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	(2.107)	(12.449)	(25.231)	(18.191)
Encargos de energia de reserva - EER	9.505	39.407	-	20.289
Crédito de PIS e COFINS	(19.601)	(57.502)	(6.906)	(30.667)
<b>Subtotal</b>	<b>192.303</b>	<b>564.143</b>	<b>67.752</b>	<b>288.627</b>
<b>Total</b>	<b>1.187.939</b>	<b>3.571.421</b>	<b>700.435</b>	<b>1.860.168</b>

(\*) Conta de energia de reserva

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<b>Energia comprada para revenda - GWh</b>				
Energia de Itaipu Binacional	862	2.579	477	1.411
PROINFA	91	261	42	120
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.339	10.914	1.464	4.842
<b>Total</b>	<b>4.291</b>	<b>13.754</b>	<b>1.982</b>	<b>6.372</b>

**( 26 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	3º trimestre											
	Custo com operação				Custo com serviço prestado a terceiros				Despesas Operacionais			
							Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	Vendas	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Pessoal	44.892	24.249	-	-	19.295	9.276	15.613	6.315	-	-	79.800	39.840
Entidade de previdência privada	3.375	2.461	-	-	-	-	-	-	-	-	3.375	2.461
Material	15.254	5.070	66	1	2.011	862	1.018	(339)	-	-	18.349	5.594
Serviços de terceiros	29.939	6.600	125	-	9.347	6.021	26.564	16.728	-	-	65.975	29.349
Custos com construção da infraestrutura	-	-	227.690	87.555	8.044	3.347	38.200	17.942	22.376	11.222	227.690	87.555
Outros	3.017	2.734	-	-	7.860	3.310	38.200	17.942	22.376	11.222	71.635	35.245
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.860	3.310
Arrendamentos e alugueis	2.686	2.756	-	-	-	-	2.019	901	-	-	4.705	3.657
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.176	279	-	-	1.176	279
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	34.110	16.100	-	-	34.110	16.100
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	217	117	-	-	217	117
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	21.927	-	21.927	-
Outros	331	(22)	-	-	184	37	678	545	449	11.222	1.640	11.781
<b>Total</b>	<b>96.477</b>	<b>41.114</b>	<b>227.880</b>	<b>87.556</b>	<b>38.696</b>	<b>19.507</b>	<b>81.395</b>	<b>40.646</b>	<b>22.376</b>	<b>11.222</b>	<b>466.824</b>	<b>200.045</b>
	9 meses											
	Custo com operação				Custo com serviço prestado a terceiros				Despesas Operacionais			
							Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	Vendas	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Pessoal	135.881	71.495	-	-	58.529	26.688	44.734	20.758	-	-	239.144	118.941
Entidade de previdência privada	8.387	7.383	-	-	-	-	-	-	-	-	8.387	7.383
Material	43.653	12.045	114	1	5.683	2.204	1.288	1.275	-	-	50.738	15.525
Serviços de terceiros	80.056	20.048	224	-	29.922	13.350	85.293	48.632	-	-	195.495	82.030
Custos com construção da infraestrutura	-	-	602.402	244.398	23.737	9.482	71.693	27.081	55.015	21.076	602.402	244.398
Outros	9.281	7.633	-	-	23.737	9.482	71.693	27.081	55.015	21.076	159.725	65.272
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.186	9.292
Arrendamentos e alugueis	8.529	8.583	-	-	-	-	5.941	2.481	-	-	14.470	11.064
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	3.522	866	-	-	3.522	866
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	58.960	21.277	-	-	58.960	21.277
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	651	434	-	-	651	434
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	53.732	-	53.732	-
Outros	752	(950)	-	-	551	190	2.619	2.023	1.283	21.076	5.205	22.339
<b>Total</b>	<b>277.258</b>	<b>118.603</b>	<b>602.740</b>	<b>244.399</b>	<b>117.871</b>	<b>51.724</b>	<b>203.008</b>	<b>97.745</b>	<b>55.014</b>	<b>21.076</b>	<b>1.255.891</b>	<b>533.547</b>

**Notas Explicativas****( 27 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	4.472	15.519	3.154	9.491
Acréscimos e multas moratórias	26.088	71.831	12.115	37.794
Atualização de créditos fiscais	1.985	2.882	1.114	2.563
Atualização de depósitos judiciais	1.044	3.297	910	1.753
Atualizações monetárias e cambiais	6.394	17.039	847	5.456
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	458	1.409	17	43
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	10.107	24.366	1.080	1.080
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.548)	(8.503)	(1.312)	(4.329)
Outros	3.773	10.904	3.466	7.513
<b>Total</b>	<b>51.774</b>	<b>138.746</b>	<b>21.391</b>	<b>61.364</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(46.530)	(137.857)	(21.447)	(78.804)
Atualizações monetárias e cambiais	(14.185)	(66.214)	(28.650)	(52.548)
(-) Juros capitalizados	3.267	8.152	908	1.865
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	2.521	-
Outros	(22.365)	(32.806)	(5.611)	(19.155)
<b>Total</b>	<b>(79.813)</b>	<b>(228.725)</b>	<b>(52.278)</b>	<b>(148.642)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(28.040)</b>	<b>(89.979)</b>	<b>(30.887)</b>	<b>(87.278)</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos de ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 140.448 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 (R\$ 56.488) no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) (nota 30).

**( 28 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 4.072 (R\$ 237 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018). Este valor é composto por R\$ 3.957 (R\$ 237 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 115 de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

## Notas Explicativas

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:**

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/09/2019	30/09/2018	9 meses 2019	9 meses 2018
<b>Encargos - Rede básica</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	363	20	39.066	12.423

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita	Despesa/custo	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	9 meses 2019	9 meses 2019	9 meses 2018
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>							
Companhia Paulista de Força e Luz	218	621	2.074	3.697	-	13.051	5.541
Companhia Piratininga de Força e Luz	66	271	1.532	2.776	-	11.871	5.966
Companhia Jaguari de Energia	48	157	58	226	-	221	(19)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	(817)
CPFL Geração de Energia S.A.	2	-	2	13	-	-	-
CPFL Energia S.A.	11	38	-	-	-	(119)	(108)
<b>Arrendamento e aluguel</b>							
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	20	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	30	-	73	13
<b>Contrato de Mútuo</b>							
CPFL Energia S.A.	-	-	-	72.304	-	19	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>							
CPFL Energia S.A.	-	-	138.579	121.107	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	17.109	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	505	3.184	1.828	242	-	787	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.545	1.178	-	15.265	5.783
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	928	1.220	-	17.762	7.781
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	116	-	-	116	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	592	1.481	-	9.993	5.963
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>							
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	3.765
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	21	40	-	348	9
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	7	8	-	66	64
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	63	580	-	2.992	2.483
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	118	80	-	671	424
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	247	216	-	1.827	1.121
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.154	3.750	-	18.729	7.552
CPFL Renováveis - Consolidado	8	8	162	(75)	70	2.089	71
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	44	26
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	40	22
<b>Outras operações financeiras</b>							
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	(3)	-
<b>Outros</b>							
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	847	200

(\*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa.

(\*\*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como intangível da concessão da Companhia R\$ 14.761 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 (R\$

## Notas Explicativas

1.959 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

### ( 29 ) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

### ( 30 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2019	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	132.603	132.603
Derivativos	30	(a)	Nível 2	257.443	257.443
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	3.598.056	3.598.056
<b>Total</b>				<b>3.988.102</b>	<b>3.988.102</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	843.221	843.031
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	1.737.427	1.737.427
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	1.141.769	1.140.365
Debêntures - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	251.009	251.009
<b>Total</b>				<b>3.973.426</b>	<b>3.971.832</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 44.170 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2019.

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

## Notas Explicativas

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de nove meses findos em setembro de 2019 foi de R\$ 88.563 (R\$ 59.043 no período de nove meses findos em setembro de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

## Notas Explicativas

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>								
<b>Hedge variação cambial</b>								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	200.631	200.631	171.071	29.560	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95%) or (3,29% a 3,65%)	99,80% a 116% do CDI	out/18 a mar/22	1.077.225
Empréstimos bancários - Lei 4.131	16.372	16.372	12.689	3.684	Euro + de 0,79 a 0,80%	103,5% a 105,8% do CDI	jun/21 a fev/22	444.130
	<u>217.003</u>	<u>217.003</u>	<u>183.759</u>	<u>33.244</u>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>								
Debêntures	40.439	40.439	7.345	33.094	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/25	219.600
<b>Total</b>	<u>257.443</u>	<u>257.443</u>	<u>191.104</u>	<u>66.338</u>				
Circulante	18.369							
Não circulante	239.074							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 30/09/2019
			Liquidação	
Para dívidas designadas a valor justo	93.772	72.851	24.481	191.104
Marcação a mercado (*)	(1.986)	68.324	-	66.338
<b>Total</b>	<u>91.785</u>	<u>141.175</u>	<u>24.481</u>	<u>257.442</u>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 68.324 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2019		2018		2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Variação de taxas de juros	601	4.815	(760)	(1.671)	-	-	-	-
Marcação a mercado	5.323	21.173	(5.829)	(4.932)	191	846	9	1
Variação cambial	94.722	68.036	30.739	77.146	-	-	-	-
Marcação a mercado	5.208	46.423	3.796	(14.054)	(43)	(117)	-	-
	<u>105.854</u>	<u>140.448</u>	<u>27.947</u>	<u>56.488</u>	<u>148</u>	<u>729</u>	<u>9</u>	<u>1</u>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da

## Notas Explicativas

indenização decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.277.837)		(28.107)	298.379	624.865
Derivativos - swap plain vanilla	1.292.362		28.427	(301.770)	(631.968)
	<b>14.525</b>	baixa dolar	<b>320</b>	<b>(3.391)</b>	<b>(7.103)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(459.590)		(21.550)	98.735	219.020
Derivativos - swap plain vanilla	464.388		21.775	(99.765)	(221.306)
	<b>4.798</b>	baixa euro	<b>225</b>	<b>(1.030)</b>	<b>(2.286)</b>
<b>Total</b>	<b>19.323</b>		<b>545</b>	<b>(4.421)</b>	<b>(9.389)</b>
Efeitos no resultado abrangente acumulado			427	(3.177)	(6.781)
Efeitos no resultado do período			118	(1.244)	(2.608)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2019 foi de R\$ 4,16 para o dólar e R\$ 4,54 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,26 e R\$ 4,76 e a depreciação cambial de 2,20% e 4,69%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

#### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros

## Notas Explicativas

variáveis em 30 de setembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	108.453				5.260	6.575	7.890
Instrumentos financeiros passivos	(1.008.789)				(48.926)	(61.158)	(73.389)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.762.638)				(85.488)	(106.860)	(128.232)
	<b>(2.662.974)</b>	alta CDI	6,25%	4,85%	<b>(129.154)</b>	<b>(161.443)</b>	<b>(193.731)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(49.097)				(2.921)	(3.652)	(4.382)
	<b>(49.097)</b>	alta TJLP	6,56%	5,95%	<b>(2.921)</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(4.382)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.092.025)				(32.870)	(24.652)	(16.435)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	263.331				7.926	5.945	3.963
Ativo financeiro da concessão	3.598.056				108.301	81.226	54.151
	<b>2.769.362</b>	baixa IPCA	2,97%	3,01%	<b>83.357</b>	<b>62.519</b>	<b>41.679</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	493.911				23.955	17.966	11.977
Instrumentos financeiros passivos	(38.076)				(1.847)	(1.385)	(923)
	<b>455.835</b>	baixa SELIC	6,25%	4,85%	<b>22.108</b>	<b>16.581</b>	<b>11.054</b>
<b>Total</b>	<b>513.126</b>				<b>(26.610)</b>	<b>(85.995)</b>	<b>(145.380)</b>
Efeitos no resultado abrangente acumulado					427	348	270
Efeitos no resultado do período					(27.037)	(86.343)	(145.650)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 58.918.

### f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas

## Notas Explicativas

futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, foi calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default - PD”), Exposição na Inadimplência (“Exposure at Default - EAD”) e Perda Dada a Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”).

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em default.

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os períodos de 2019 e exercício de 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 04 de novembro de 2019.

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP-027612/F

Contador CRC 1SP252906/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2019.

São Leopoldo, 04 de Novembro de 2019.

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2019.

São Leopoldo, 04 de Novembro de 2019.

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações